

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/09/2025 | Edição: 184 | Seção: 1 | Página: 99

Órgão: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima/Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo

## RESOLUÇÃO Nº 4, DE 24 DE SETEMBRO DE 2025

Estabelece diretrizes preliminares para a alimentação e a utilização do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), com o objetivo de garantir a transparência, a sistematização e o acesso público a dados relacionados ao manejo integrado do fogo no território nacional.

O COMITÊ NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO (COMIF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º da Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024, o Decreto nº 12.173 de 10 de setembro de 2024 e a Resolução COMIF nº 1 de 21 de janeiro de 2025; resolve:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E CONCEITOS GERAIS

Art. 1º Esta Resolução estabelece diretrizes preliminares para a alimentação e a utilização do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), com o objetivo de garantir a transparência, a sistematização e o acesso público a dados relacionados ao manejo integrado do fogo no território nacional.

Parágrafo único. As diretrizes estabelecidas nesta Resolução serão revistas e complementadas conforme avanços de desenvolvimento do Sisfogo, podendo novas normas e orientações técnicas serem emitidas pelo Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo (COMIF).

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se, em complementaridade às definições da Lei nº 14.944, de 2024, os seguintes conceitos:

I - Sisfogo: ferramenta de gerenciamento das informações sobre incêndios florestais, queimas controladas e queimas prescritas no território nacional;

II - Registro de Ocorrência de Incêndio Florestal (ROI): documento que reúne dados qualitativos e quantitativos sobre incêndios florestais, com ou sem combate, desde que confirmados no local e preenchido por incidente;

III - incidente: evento natural ou provocado pela ação humana que exige resposta para a proteção da vida, do meio ambiente ou da propriedade, podendo incluir situações de emergência e desastre;

IV - responsável pelo incidente: pessoa física ou jurídica que, nos termos legais ou operacionais, assume a liderança ou a gestão da resposta ao incidente;

V - frente de combate: área geográfica onde são concentrados os esforços operacionais para contenção e extinção de um incêndio florestal;

VI - operação de combate ampliado: fase das ações de combate a incêndios florestais em que há a necessidade de mobilização de recursos adicionais (humanos, logísticos e aéreos) e coordenação interinstitucional, devido à intensidade, extensão, duração ou comportamento extremo do fogo;

VII - autorização de queima controlada: ato administrativo emitido pelo órgão ambiental competente que permite o uso do fogo como técnica de manejo, em atividades agrossilvipastoris, desde que observadas as condições de segurança, controle e responsabilidade previstas em normas específicas; e

VIII - autorização de queima prescrita: instrumento legal que permite a realização de queima planejada e tecnicamente fundamentada, como ferramenta de manejo integrado do fogo, especialmente em áreas naturais ou protegidas. Baseia-se em um plano de queima prescrita previamente aprovado pelo



órgão ambiental competente, que define objetivos ecológicos, faixas de temperatura, umidade, velocidade do vento, carga combustível, entre outros parâmetros, com o intuito de alcançar benefícios ambientais, prevenir incêndios florestais de grandes proporções e promover a regeneração de ecossistemas dependentes do fogo.

## CAPÍTULO II

### DAS INFORMAÇÕES QUE INTEGRARÃO O SISFOGO

Art. 3º O Sisfogo será alimentado por informações qualificadas provenientes das instituições públicas que atuam com manejo integrado do fogo, observando os princípios da integridade, disponibilidade, confidencialidade, confiabilidade e tempestividade. Deverão ser inseridos, no mínimo:

I - registros de ocorrências de incêndios florestais;

II - registros de autorizações de queimas controladas e prescritas; e

III - espacialização das queimas controladas e prescritas e dos incêndios florestais registrados no sistema com a inserção de coordenadas em forma de pontos ou polígonos.

§1º Outras informações poderão ser definidas pelo COMIF, conforme o avanço da estruturação do sistema.

§ 2º As informações inseridas no Sisfogo deverão permitir a consolidação de séries históricas, garantindo acesso público aos dados em formatos abertos, de modo a subsidiar ações de monitoramento, pesquisa, planejamento e formulação de políticas públicas interinstitucionais.

## CAPÍTULO III

### DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Art. 4º Compete ao Ibama desenvolver e implementar módulos específicos no Sisfogo para viabilizar o registro e a divulgação das informações referidas nesta Resolução.

§ 1º Será lançado sistema provisório para observação do disposto no caput até 30 dias após a publicação desta Resolução.

§ 2º O acesso ao sistema será viabilizado por meio de Termo de Adesão e Uso do Sisfogo a ser firmado entre Ibama e às demais instituições, conforme Anexo I.

Art. 5º Compete aos órgãos ambientais a consolidação e inserção dos registros de autorização de queima controlada e prescrita emitidas.

§ 1º As instituições responsáveis pela inserção dos registros no Sisfogo ficam instadas a inseri-las no prazo de até 15 dias a partir da data de emissão da autorização.

§ 2º As autorizações de queima controlada e queima prescrita deverão conter as informações descritas no Anexo II desta Resolução.

§ 3º Em caso de suspensão ou cancelamento de autorizações, o órgão responsável deverá atualizar o sistema no prazo máximo de 72 horas.

§ 4º Caberá aos estados compilar os dados municipais para inserção das informações previstas neste artigo no Sisfogo.

Art. 6º As informações referentes às atividades de queima controlada e queima prescrita realizadas no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) deverão ser inseridas diretamente no Sisfogo, não sendo exigida autorização prévia para sua realização.

§1º O registro das atividades deverá ser efetuado por servidores ou agentes devidamente designados, contendo, no mínimo, os dados técnicos, geográficos e operacionais exigidos pelo sistema.

§ 2º As queimas realizadas nos termos deste artigo deverão observar as normas e protocolos técnicos estabelecidos pelos respectivos órgãos e não isentam os responsáveis da adoção das medidas de segurança e mitigação de riscos previstas na legislação vigente.

Art. 7º Compete aos órgãos de resposta federais, estaduais e distritais a inserção dos registros de frentes de combate e registros de ocorrência de incêndios florestais diretamente no Sisfogo.



§ 1º O registro de frente de combate deverá ser informado assim que for realizado o primeiro ataque e atualizado, no máximo, a cada 24 horas, enquanto houver equipe no local, ressalvados os casos de ausência de infraestrutura necessária para envio da informação, mediante justificativa fundamentada.

§ 2º O registro de ocorrência de incêndio florestal (ROI) deve conter as informações mínimas descritas no Anexo III.

§ 3º O ROI deverá ser iniciado pelos órgãos responsáveis a partir da constatação do incêndio florestal e finalizado em até 72 horas após a constatação da extinção do incêndio florestal.

§ 4º Deverá ser elaborado um ROI por incêndio florestal reunindo os dados de diferentes frentes de combate, se for o caso.

§ 5º Incêndio com mais de um dia de duração deverá ter seu respectivo ROI atualizado diariamente com o número máximo de pessoas envolvidas no combate até aquele momento.

§ 6º As operações de combate ampliado, poderão resultar em mais de um ROI, cabendo ao comandante do incidente garantir a elaboração de um ROI por incêndio.

§ 7º O prazo para cumprimento deste artigo pelos órgãos de resposta federais, estaduais e distritais é de até 30 dias após o prazo previsto no § 1º do Artigo 4º.

Art. 8º Poderão ser editadas normas complementares para regular a participação de instituições privadas e adequações futuras ao Sisfogo, conforme sua evolução tecnológica e normativa.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO**

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO E USO

DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE FOGO - SISFOGO

Pelo presente instrumento, a(o) [NOME DA INSTITUIÇÃO], doravante denominada aderente, representada pelo(a) Sr.(a) [NOME COMPLETO], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], inscrito(a) no CPF sob o nº [XXX], firma o presente TERMO DE ADESÃO para uso e inserção de dados no Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), conforme os termos e condições a seguir estabelecidos:

Objeto

Constitui objeto deste Termo formalizar a adesão da instituição ao Sisfogo, nos termos da Resolução nº 04, de 24 de setembro de 2025, com o compromisso de:

I - cumprir e fazer cumprir as determinações legais referentes ao uso do sistema e à atuação eficaz nos processos relacionados;

II - inserir, manejar e manter atualizadas, com clareza e transparência, as informações relacionadas a queimas prescritas, queimas controladas, Registros de Ocorrência de Incêndio Florestal (ROI), frentes de combate e demais dados previstos;

III - observar os critérios técnicos e prazos estabelecidos nos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução, bem como em normas complementares editadas pelo COMIF.

Das Condições de Adesão

Compete à instituição aderente:

- a) utilizar o Sisfogo exclusivamente para os fins definidos na Resolução vigente;
- b) observar os prazos e requisitos para inserção e atualização de dados, conforme regulamentação vigente;
- c) garantir a integridade, confidencialidade, disponibilidade e veracidade das informações inseridas;
- d) comunicar previamente ao Ibama qualquer alteração institucional que afete a utilização ou competência sobre os dados no Sisfogo.

Da Vigência



Este Termo entra em vigor na data de sua assinatura e terá validade por prazo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo por iniciativa de qualquer das partes, mediante comunicação formal.

A rescisão também poderá ocorrer em caso de descumprimento das condições aqui estabelecidas, mediante justificativa formal.

Da Responsabilidade Legal

O aderente compromete-se a:

- a) manter atualizados os dados cadastrais dos usuários vinculados ao uso do sistema;
- b) comunicar ao Ibama qualquer alteração relevante na estrutura administrativa ou competências relacionadas ao Sisfogo;
- c) responsabilizar-se por omissões ou pela inserção dolosa de informações incorretas, sujeitando-se à suspensão de acesso e às demais sanções previstas em lei;
- d) adotar medidas administrativas e técnicas para garantir a segurança das informações acessadas, bem como a rastreabilidade das ações executadas no sistema.

O uso do Sisfogo estará sujeito ao cumprimento das normas de segurança da informação estabelecidas em legislação vigente e pelo Ibama.

O aderente assume plena responsabilidade pelas ações realizadas no sistema e deverá adotar medidas para garantir a integridade e confidencialidade das informações acessadas, estando sujeito às sanções cabíveis, conforme a legislação vigente.

XXX de XXXXX, de 20 .

Aderente

Ibama

ANEXO II

INFORMAÇÕES MÍNIMAS NECESSÁRIAS PARA ENVIO AO SISFOGO NOS CASOS DE AUTORIZAÇÃO DE QUEIMA CONTROLADA E QUEIMA PRESCRITA, PLANO DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO



1. Identificação do requerente:

- o Nome completo ou Razão Social;
- o CPF ou CNPJ;
- o Endereço completo;
- o Telefone e e-mail de contato.

2. Localização da área autorizada:

o Poligonal georreferenciada da área autorizada para queima controlada ou queima prescrita (SRC: SIRGAS2000);

o Poligonal georreferenciada da área do Plano de Manejo Integrado do Fogo (SRC: SIRGAS2000);

- o Nome da propriedade rural;
- o Município;
- o Estado;
- o Nº do CAR.

3. Autorização e licenças:

- Tipo de uso alternativo do solo;
- Tipo da queima (controlada ou prescrita);
- Motivo (ex: queima fitossanitária, outros);

- Área autorizada (em hectares);
- Número da autorização;
- Órgão emissor;
- Data da autorização;
- Data de validade;
- Status (suspensa, cancelada ou válida);

Número do Plano de Manejo Integrado do Fogo, caso exista.

ANEXO III

INFORMAÇÕES MÍNIMAS NECESSÁRIAS PARA ENVIO AO SISFOGO PARA REGISTRO DE OCORRÊNCIA DE INCÊNDIO

1. Informações sobre local do incêndio florestal:

- Nível de Acionamento
- Classificação da Área
- Tipo de Localidade
- Nome do Local
- UF
- Município
- Coordenadas geográficas

2. Informações sobre o incêndio e o combate:

- Método de detecção
- Data do início do incêndio
- Detecção (Data/Hora)
- Início do deslocamento (Data/Hora)
- Primeiro Ataque (Data/Hora)
- Controle do Incêndio (Data/Hora)
- Extinção do Incêndio (Data/Hora)
- Forma de Extinção
- Quantidade de pessoas envolvidas no combate

3. Informações após incêndio:

- Tipo de causa
- Vegetação atingida
- Estrutura atingida
- Dificuldades encontradas no combate



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.